



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681835 - SC (2021/0228875-4)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : CARLOS AUGUSTO RIBEIRO DA SILVA
ADVOGADO : CARLOS AUGUSTO RIBEIRO DA SILVA - SC041623
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : ANDRÉ VARGAS PINTO (PRESO)
CORRÉU : DAVID BECKHAUSER SANTOS HEROLD
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ANDRÉ VARGAS PINTO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (Apelação n. 0021914-23.2014.8.24.0023).

Infere-se dos autos que o paciente foi pronunciado (fl. 1105):

pelos crimes descritos no art. 15, caput, da Lei de Armas, c/ c art. 29, caput, do Código Penal, art. 45 da Lei de Contravenções Penais, c/ c art. 29, caput, do Código Penal, art. 32, § 2º, da Lei 9.605/ 98, c/ cart. 29, caput, do Código Penal, art. 121, § 2º, incisos I e I V, c/ c art. 29, caput, ambos do Código Penal (em relação à vítima Thiago Polucena de Oliveira), art. 121, § 2º, incisos I e I V, c/ c art. 14, caput, e art. 29, caput, todos do Código Penal (em relação à vítima Leonardo Polucena de Oliveira), art. 15, § 4º, inciso I V, do Código Penal, art. 16, caput, da Lei de Armas c/ c art. 29, caput, do Código Penal, art. 2, § 2º, da Lei 12.850/ 2013.

A parte impetrante sustenta que o paciente sofre constrangimento ilegal, em razão da indevida anulação, pela corte do origem, da sentença absolutória decretada pelo tribunal do júri.

A propósito, sintetiza (fl. 3):

I. Paciente submetido a julgamento perante o tribunal do júri e, por decisão íntima e soberana dos jurados, absolvido de todas as imputações de crimes dolosos contra a vida e conexos;
II. Recurso de apelação criminal acusatório interposto para o fim de ver reconhecida nulidade na leitura e explicação dos quesitos na sala secreta, porquanto teria a magistrada presidente influenciado o ânimo dos jurados;
III. Recurso provido pelo TJSC, por sua Segunda Câmara Criminal, que anulou a sessão popular e

afastou o édito absolutório, impondo nova submissão do Paciente a julgamento perante o tribunal do júri;
IV. Ausência de máculas na sessão de julgamento;
leitura e explicação do quesito de autoria que se deu em conformidade com os parâmetros legais e jurisprudenciais; prejuízo não demonstrado; restabelecimento da sentença absolutória devido.

Requer (fl. 17):

a) seja concedida, liminarmente, a presente ordem de habeas corpus, para o fim de suspender os efeitos do acórdão de apelação criminal, mantendo-se a decisão absolutória originária e obstando-se a realização de sessão popular do tribunal do júri até julgamento final do writ;

b) no mérito, requer seja concedida a ordem, ainda que de ofício, para o fim de

i. reconhecer a nulidade do acórdão de apelação criminal, por carência de fundamentação, determinando que nova decisão seja prolatada, desta feita enfrentando-se todas as teses acusatórias e defensivas deduzidas nas razões e contrarrazões de recurso;

ii. reconhecer o manifesto constrangimento ilegal, caracterizado na violação a dispositivos de lei federal e contrariedade à jurisprudência dos tribunais superiores, cassando o acórdão a fim de restabelecer a sentença absolutória originária.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência